

1 **MEMÓRIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE**
2 **PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC**
3

4 Data: 13 de julho de 2017. Início: 9h06min; Fim: 16h05min.
Local: Espaço Cultural da AABB Maceió-Associação Atlética Banco do Brasil -
Rodovia AL 101 Norte, Km 118, s/n - Bairro Pescaria, Maceió - AL, CEP: 57030-000.

5
6 Relator: Joabe Gomes de Melo (IFAL - Conselheiro Suplente)
7

8 **Abertura da Reunião.**
9

10 A reunião teve início às 9:06 do dia 13 de julho de 2017. O Presidente do Conselho **Iran**
11 **Normande (ICMBio)** deu as boas-vindas aos participantes. O **Sr. Ulisses**,
12 representante do diretor da **AABB**, deu as boas-vindas aos participantes e enalteceu a
13 organização do evento. Ressaltou o prazer de receber o evento e fez uma breve
14 apresentação da estrutura física da Associação. Em seguida, o presidente do Conselho
15 fez a apresentação dos novos membros da equipe: Alexandra Costa, Carolina Neves,
16 Diego Santos, Pedro Pereira e Paula Nascimento. O Analista Ambiental, Ulisses Santos,
17 destacou ainda o aumento da força de trabalho relacionada à pesquisa e ao
18 monitoramento. Logo em seguida, foram apresentados os novos conselheiros: Iara
19 Sommer (ICMBio), Rafael Lustosa (Instituto Yandê), Paula Gomes (UFRPE), Beatriz
20 Mesquita (Fundação Joaquim Nabuco), Joany Deodato (Agência Estadual do Meio
21 Ambiente) e Jéssica Frias (Prefeitura de Tamandaré).
22

23 A secretária do CONAPACC, **Ana Paula Moura (AMITUS)**, indagou se haviam
24 sugestões para modificação da Memória da 22ª reunião do conselho. O Analista
25 Ambiental **Ulisses** alterou, no momento da reunião, alguns itens da memória de acordo
26 com as sugestões dos seguintes conselheiros: **Bruno Stefanis (Biota)** e **Luiz Cláudio**
27 **(CCCVB)**. Em seguida a ata foi aprovada. A secretária leu a proposta de pauta: 1-
28 Organização do planejamento para a Revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos
29 Corais; 2- TAC para visitação à piscina natural da Ponta de Mangue em Maragogi; 3-
30 Informes; 4- Apresentação sobre a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente pela
31 Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi; 5- Apresentação da Campanha do Orgulho
32 na APA Costa dos Corais, do Programa Pesca para Sempre da RARE; 6- Apresentação
33 do PELD Tamandaré Sustentável/Parceria UFPE-CEPENE; 7- encaminhamentos. A
34 secretária perguntou se a plenária teria alguma sugestão de modificação da pauta.
35 **Vandick Batista (UFAL)** mencionou que não tinha entendido a forma como foi exposta
36 e sugeriu primeiro a apresentação das informações para posteriormente acontecerem
37 as deliberações. **O presidente do conselho** afirmou que não haveria nenhum
38 problema, pois, as pautas são independentes. A pauta foi aprovada pela plenária da
39 forma que foi apresentada.
40

41 **Pauta 1: Organização do planejamento para a Revisão do Plano de Manejo da APA**
42 **Costa dos Corais.**
43

44 O presidente **Iran** fez uma apresentação sobre a importância da Revisão do Plano de
45 Manejo. Explicou que em vez de avaliar os pedidos dos setores individualmente, as
46 demandas serão atendidas num único momento incorporando os diversos segmentos

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Ulisses', 'Iran', 'Vandick', and others.

47 da sociedade, que terão participação ativa nesse processo. Lembrou ainda, que todo o
48 plano foi referendado por Brasília.

49
50 **Arlindo Gomes**, analista ambiental do ICMBio (**CR-6**) apresentou a nova abordagem
51 de elaboração e revisão dos planos de manejo. Na sua apresentação, abordou os
52 aspectos históricos, as dificuldades de se trabalhar esses planos, os desafios para
53 elaborar e implementar, tão como superar essas questões. Durante sua apresentação,
54 dois documentos foram citados "Padrões abertos para a prática de conservação" e o
55 "documento base". Foram apresentadas todas as etapas para a revisão do plano de
56 manejo bem como os desafios para aplicação da nova abordagem (anexo 1). Logo em
57 seguida, o presidente Iran explicou o fluxograma da revisão desse plano de manejo, que
58 foi enviado com antecedência a 23ª reunião, para todos os conselheiros (anexo 2) e
59 ressaltou que a previsão de conclusão dos trabalhos é o primeiro semestre de 2019.
60 Depois, a bióloga **Carolina Neves (bolsista GEF-Mar/APACC)** apresentou o
61 cronograma da agenda socioambiental de revisão do plano de manejo da APACC e
62 indagou se gostariam que o documento fosse lido. O Analista **Ulisses** mencionou que
63 era desnecessário, pois os integrantes receberam o arquivo com antecedência. A
64 apresentação da agenda mostrou que durante a revisão do plano de manejo, todos os
65 municípios serão contemplados com as reuniões, devido a preocupação de que revisão
66 do plano de manejo seja a mais participativa possível. Haverá coleta de subsídios junto
67 às comunidades e diferentes setores da sociedade. Após as reuniões setoriais, as
68 demandas serão consolidadas e, a partir disso, serão realizadas as saídas de campo
69 com intuito de fazer avaliações "in situ". Em seguida, os membros do conselho
70 começaram a fazer sugestões. O conselheiro **Severino dos Santos (CPP)** ressaltou
71 alguns pontos: 1- A necessidade de se fazer uma oficina "ampliada" em Tamandaré com
72 os pescadores; 2- A necessidade de se incluir os usuários do rio Manguaba (dos
73 municípios de Porto de Pedras e Porto Calvo, pois as atividades com pescadores estão
74 centradas no rio Manguaba); 3- Necessidade de fazer uma oficina em São Miguel dos
75 Milagres com os pescadores; 4- Discutir com os usuários nas áreas de estuários de
76 outras localidades. O analista **Ulisses** mencionou que há no planejamento a inclusão
77 de usuários de outras áreas, nos diferentes níveis, como nos estuários do rio Una
78 (Barreiros) e do rio Manguaba (Porto Calvo). Foi registrada, como sugestão, a
79 possibilidade de fazer reuniões com as comunidades que usam os estuários. Também
80 foi sugerida pelo **Severino** a necessidade de setorizar as reuniões. O mesmo também
81 ressaltou a necessidade de incluir o setor imobiliário. O Analista **Ulisses** sugeriu, pelo
82 menos, uma reunião com o setor imobiliário de Pernambuco e outra com o de Alagoas.
83 O analista **Iran** explicou que as reuniões são setorizadas porque são públicos diferentes,
84 com interesses distintos, níveis de escolaridade e metodologias diferentes. Todas as
85 reuniões serão abertas para o público em geral. O mesmo explicou o motivo da cidade
86 de Maragogi ter o maior número de reuniões é devido ao maior número de pedidos e
87 demandas. **Iran** chamou a atenção para o local de realizações das reuniões da
88 academia. A sugestão foi que fossem realizadas em Maceió, no que se refere aos
89 pesquisadores de Alagoas, pois a capital concentra o maior número de pesquisadores.
90 O conselheiro **João Borges (FMA)** indagou se as informações geradas e
91 disponibilizadas pela academia, serão incorporadas nas informações da revisão do
92 plano de manejo. O conselheiro **Luiz Cláudio** perguntou qual a equipe que irá fazer a
93 gestão do plano de manejo. Além disso, indagou quais os atores que serão convidados
94 e a formatação. O **prefeito de Maragogi, Sérgio Lira** gostaria que fossem realizadas

X
S. Santos
AK

J. Santos
S. Santos

95 reuniões prévias onde seriam fornecidas informações que possibilitassem a preparação
96 para a efetiva participação. O conselheiro **Mauro Maida (UFPE)** sugeriu que fossem
97 realizadas reuniões mais abrangentes (gerais) sem distinção geopolítica. **Iran** ressaltou
98 que o formato levou em conta as características locais, onde primeiro as contribuições
99 serão trabalhadas a nível local/setorial e posteriormente numa escala mais ampla. Em
100 resposta ao conselheiro João, o **Iran** respondeu que está em curso uma atualização de
101 materiais bibliográficos e que as reuniões da academia também serão fontes de
102 informações. A bióloga **Carolina** reforçou o porquê das reuniões setoriais e que logo
103 após as consolidações desses resultados, será feito um pré-zoneamento e em seguida
104 apresentado nas pré-oficinas de planejamento participativo. Ressaltou também que
105 haverá muitos momentos/reuniões para a participação e colocação dos diferentes
106 agentes.

107 O analista **Ulisses** explicou o método de escolha dos agentes participantes de acordo
108 com o documento (anexo 2). O mesmo, em resposta ao Conselheiro Sérgio Lira, afirmou
109 que haverá reuniões prévias e que outras podem ser pensadas/planejadas de acordo
110 com a necessidade (Exemplo: reuniões com os prefeitos e secretários municipais).
111 **Ulisses** também ressaltou que o número maior de reuniões em Maragogi com os
112 pescadores (três) comparando com o setor do turismo (uma) é porque com os
113 pescadores e pescadoras se faz necessário ir até os locais onde os mesmos estão,
114 deixando-os à vontade, e adotar uma linguagem adequada que possibilite a efetiva
115 participação dos mesmos. No caso do setor do turismo, há como agregar todos num
116 único momento com facilidade. **Iran** explicou que a equipe vai conduzir esse processo
117 de acordo com normas internas do ICMBio e que todos os analistas darão suporte.
118 Atualmente, há três analistas de Brasília, um analista da Coordenação Regional, dois
119 analistas da APA Costa dos Corais e um analista do CEPENE envolvidos no processo.
120 Ele lembrou que além da revisão do plano, os analistas não deixarão de fazer as demais
121 atividades (monitoramento, fiscalização...). Um conselheiro mencionou que, de modo
122 geral, os municípios estão em diferentes estágios de zoneamento. Assim o mesmo
123 indagou se havia uma forma de avançar com as atividades, via prefeituras, e como os
124 gestores iriam fazer frente a esse cenário. Em resposta, o analista **Iran**, disse que na
125 rota ecológica, especificamente, não haverá alteração de zoneamento, nem do plano de
126 manejo. Lá haverá o ordenamento de visitação dentro da zona de conservação do peixe-
127 boi. No caso do ordenamento do turismo, o que estará no plano de manejo são
128 basicamente as delimitações das zonas e as regras gerais das zonas. Todo o
129 detalhamento de uso, que se encontra hoje no plano de manejo, irá compor o "plano de
130 uso público" (instrumento que permite uma avaliação contínua visando um possível
131 replanejamento). Encaminhamentos feitos: inclusão de uma reunião com os gestores
132 municipais (aprovado). Os planejamentos com as alterações sugeridas serão enviados
133 para todos os conselheiros. Haverá duas reuniões gerais com a parte da academia.
134

135 **Aviso:** A secretária reforçou a necessidade dos conselheiros informarem e-mails atuais
136 e, se possível, os pessoais. Muitas mensagens enviadas para os e-mails institucionais
137 estão retornando.

Pauta 2: TAC para visitação à piscina natural da Ponta de Mangue em Maragogi.

138 O presidente **Iran** ressaltou que a equipe do ICMBio fez uma análise prévia dos pontos
139 enviados e apenas um (1) foi considerado urgente. Posteriormente o analista **Eduardo**

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Eduardo, Iran, and others.]

140 **Almeida (ICMBio)** fez uma apresentação histórica das solicitações e respostas e
141 reafirmou que apenas o ponto relacionado a Ponta de Mangue deva seguir para análise
142 (Nota Técnica nº 16/2017-APACC em anexo). As demais serão analisadas, de acordo
143 com pertinência, nos trabalhos de Revisão do Plano de Manejo. O Analista **Tadeu**
144 **Oliveira (ICMBio)** apresentou as atividades de fiscalização realizadas na piscina natural
145 de Ponta de Mangue. Ressaltou o uso indevido de algumas áreas e o diálogo constante
146 com a população local, informando sobre os aspectos legais. Foi apresentado também
147 o elevado número de autuações. O prefeito **Sérgio Lira** externou que não concorda que
148 os assuntos sejam discutidos primeiro em Brasília e depois aqui. Ele ressaltou que os
149 assuntos devem ser tratados e discutidos primeiro em fóruns locais antes de serem
150 remetidos para Brasília. O mesmo enfatizou que a defesa que foi feita quanto à piscina
151 de Ponta de Mangue foi exclusivamente para o turismo de base comunitária. O
152 conselheiro **Luiz Cláudio** abriu espaço para dois usuários da área apresentarem os
153 seus pontos de vista. **Rafael (um dos usuários da região de Ponta de Mangue)**
154 apresentou um histórico recente onde citou itens como: o início da exploração das
155 piscinas naturais de Ponta de Mangue (pelos operadores locais de lanchas), as
156 solicitações que fizeram ao ICMBio para liberação das piscinas e as idas a Brasília. O
157 mesmo apresentou a reivindicação dos operadores locais de lanchas para a exploração
158 das piscinas. O conselheiro **Vandick** ressaltou a necessidade de mais informações para
159 a tomada da decisão, dos diferentes atores interessados. Também afirmou que ficou
160 claro que não está havendo um controle adequado. Na opinião do mesmo, existe a
161 necessidade de mecanismos de colaboração que propiciem o aumento do controle.
162 Seria muito interessante que a demanda da comunidade local viesse associada com a
163 contrapartida de que os mesmos exercessem uma contribuição com algum tipo de
164 controle, por exemplo. Como parte do processo de rediscussão do plano de manejo é
165 que cada área e/ou recurso vai ter um objetivo principal de uso, que pode ser social, de
166 manutenção da biota, econômico ou oficialização. O mesmo se posiciona que se faça
167 uma negociação com o turismo de base comunitária, de uma forma extremamente
168 reduzida. Ressaltou a necessidade de aumento de mecanismos de controle e
169 informações para evitar os riscos associados ao aumento da utilização. A deliberação
170 deve acontecer numa próxima reunião. **Iran** enfatizou que os estudos apresentados pelo
171 Rafael foram realizados de forma independente. **Ana Paula** irá encaminhar para os
172 conselheiros ambos os estudos. O conselheiro **Francis Hurst (SEDETUR-AL)** indagou
173 se os estudos independentes incluíram dados sobre a capacidade de carga e os
174 mergulhos que estão sendo realizados. O termo de ajuste de conduta deve contemplar
175 o número de pessoas que farão mergulho e que os mesmos sejam vendidos por uma
176 agência ou receptivo, na praia, e que isso deve ser registrado. O conselheiro **Bruno**
177 perguntou se essa questão (TAC) iria influenciar na dinâmica do plano de manejo.
178 Também perguntou se o ICMBio iria fazer um estudo de capacidade para comparar com
179 os estudos que foram realizados de modo independente. Por último, perguntou se as
180 solicitações dos diferentes setores continuariam a ser analisadas continuamente pelo
181 conselho. O presidente **Iran** ressaltou que as demandas legítimas da sociedade devem
182 ser acolhidas e analisadas. O TAC proposto visa não esperar a revisão do Plano de
183 Manejo, pois o pedido é que isso seja tratado com prioridade. O estudo já foi feito pelo
184 ICMBio e o resultado já foi apresentado. O conselheiro **João** ressaltou a necessidade
185 de se pensar a unidade de conservação realmente como unidade. Também ressaltou
186 que sente falta de algumas informações imprescindíveis para encaminhar uma questão
187 desse tipo. João acha que é precoce o encaminhamento de abertura de uma nova área.

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

188 A conselheira **Beatriz Mesquita (FUNDAJ)** fez algumas observações conceituais
189 quanto às palavras “turismo comunitário” e “economia solidária”. O cenário apresentado
190 é claro em apresentar que os termos estão sendo usados de maneira equivocada. Há
191 uma necessidade de se trabalhar a proposta para que realmente se caracterize como
192 uma de turismo comunitário. Além disso, é pertinente que a população local seja
193 capacitada. **Luiz Cláudio** também reafirmou a necessidade de mais informações para
194 se tomar uma decisão justa. Se não há a possibilidade de ter a permissão de visitação,
195 a degradação e os conflitos tendem a persistir, pois provavelmente a área continuará a
196 ser explorada. A permissão de exploração (ainda que provisória) da área possivelmente
197 ajudará na conservação de outras áreas adjacentes. Também foi ressaltado o aspecto
198 econômico e social dos que atuarão na atividade. Pediu que na votação fossem
199 considerados os aspectos geográficos, sociais e econômicos. Também lembrou da
200 necessidade do funcionamento efetivo dos COMDEMAS para a conservação do
201 ambiente. **O prefeito Sérgio Lira** passou a palavra para o **secretário João Lessa**, que
202 afirmou que o estudo de suporte e carga apresentado foi feito também pela prefeitura e
203 levou em conta metodologias validadas. Segundo ele, foi levada em consideração a
204 “Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais-PNPCT (2007)” como também
205 o “Diagnóstico Socioambiental”. Foram realizadas entrevistas com 48 pescadores. Os
206 dados bióticos foram meramente observacionais. Aproximadamente 80% da população
207 local ganha entre 1 e 0,5 (meio) salário mínimo. O grau de escolaridade, no geral, é o
208 primeiro grau incompleto e/ou completo (aproximadamente 70%). O saneamento básico
209 é precário. Mais de 90% dos mesmos são pescadores. Há a necessidade de ações que
210 venham melhorar as condições de vida da população local. A conselheira **Rosângela**
211 **Lessa (UFRPE)** afirmou que os estudos referentes à capacidade de carga necessitam
212 ser revistos devido às disparidades. Disse também que é preocupante a qualidade de
213 serviços turísticos oferecido na região. Ter mais informações como: quem utiliza? e, de
214 que maneira utiliza? O mergulho sem controle e o número excessivo de visitação são
215 preocupantes para a questão ambiental. **Iran** passou a palavra para o **Renato Scalco**
216 **(advogado da Associação dos Operadores de Mergulho de Maragogi)** que
217 esclareceu que Maragogi tem seis operadoras de mergulho, autorizadas (a mesma não
218 atua em Ponta de Mangue). A Associação comporta três das seis operadoras
219 autorizadas. As que fazem parte da Associação seguem todos os critérios e leis
220 estabelecidos. O conselheiro **Henrique Dantas (SINGTUR)** reforçou as palavras da
221 conselheira Beatriz no que diz respeito à conceituação de “turismo comunitário”.
222 Enfatizou que há atividade clandestina em todo o litoral Norte e que o código de defesa
223 do consumidor não é obedecido pelos que exercem a atividade clandestina. O
224 conselheiro **Rafael Lustosa (YANDÊ)** ressaltou que os estudos independentes não
225 enfocaram a questão ecológica. É necessário saber se as piscinas ainda possuem
226 condições de receber o turista. Perguntou se depois de muitos anos recebendo-os sem
227 nenhum controle, como estaria a situação desse lugar? e a questão do quanto é
228 significativo essa área para a pesca artesanal? Reforçou a necessidade de mais estudos
229 para uma melhor tomada de decisão. O conselheiro **Rivaldo Couto (IBAMA-AL)**
230 ratificou as informações de outros conselheiros. Mencionou que a análise do TAC é
231 precoce e necessita de informações técnicas incluindo a qualidade ambiental da área e
232 a real vocação da área. Perguntou qual a dinâmica dos pedidos protocolados pelas
233 instituições? **Iran** afirmou que esse foi o primeiro pedido protocolado logo após a
234 publicação do Plano de Manejo. Outras solicitações estão sendo avaliadas e algumas
235 foram recusadas. O conselheiro **Severino** propôs que os estudos e dados fossem

X
OK

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Severino" and "Iran".

236 enviados para as câmaras temáticas, para uma melhor análise, e numa próxima reunião
237 seria tomada a decisão. A conselheira **Paula Gomes (UFRPE)** ressaltou que os termos
238 do TAC fossem apresentados e também as contrapartidas ficassem claras. Reforçou os
239 argumentos do conselheiro Severino. Complementando, o conselheiro **Luiz Cláudio**
240 ressaltou a importância de se pensar no Meio Ambiente.

241

242 Após as colocações dos conselheiros foi feita a seguinte pergunta: "O conselho
243 recomenda que o ICMBio negocie e celebre os termos do TAC para permissão
244 provisória da visitação das piscinas naturais em Ponta de Mangue, Maragogi, até a
245 conclusão da revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais? Sim ou Não?"
246

247 Sim- 23

248 Não- 2

249 Abstenções 3

250

251 Concluída a discussão desta pauta, o Conselho aprovou consensualmente a proposta
252 do presidente em criar um Grupo de Trabalho do TAC de Ponta de Mangue, composto
253 por 1 (um) representante de cada Câmara Temática (CT) e mais um membro indicado
254 pela gestão, sendo um total de 5 (cinco) membros.

255

256 **INFORMES:**

257

258 **Informe 1:** O conselheiro **Bruno Stefanis** avisou sobre o Programa "encalhou". Uma
259 campanha com o objetivo de informar a população sobre as instituições que trabalham
260 com resgate de animais marinhos. Ele está divulgando nas diferentes instituições
261 (SAMU, Central telefônica da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, entre outras) e
262 diretamente com a população.

263

264 **Informe 2:** A conselheira **Beatriz Mesquita** informou que há duas propostas de projetos
265 de pesquisa da Fundação Joaquim Nabuco em parceria com o ICMBio. A mesma
266 ressaltou que em breve trará mais informações. Também informou que estava
267 disponível para apresentar a sua tese. Pede o apoio e parceria dos que fazem a APA
268 Costa dos Corais para o projeto da "TeiaPesca" (Teia de Redes de Apoio à Pesca
269 Artesanal do Brasil) que visa discutir as Diretrizes Internacionais da Pesca Artesanal.

270

271 **Informe 3:** O conselheiro **Severino Santos** informou sobre a Audiência pública do
272 TAUS que ocorreu no município de Porto de Pedras. A SPU está procedendo as
273 documentações necessárias e finalizando as consultas junto aos proprietários que não
274 estiveram na audiência. O mesmo espera que até o final de 2017 os TAUS sejam
275 liberados.

276

277 **Informe 4:** O conselheiro **Sérgio Lira** convidou todos os conselheiros a participarem do
278 evento promovido pela Confederação Nacional de Municípios, que será nos dias 02 e
279 03 de outubro no Centro de Convenções do Hotel Salinas. O mesmo informou que nesse
280 evento haverá um painel sobre "Atividade turística em Áreas de Preservação Ambiental
281 no Brasil".

282

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Severino", "Sergio Lira", and others.

283 **Informe 5:** O conselheiro **Manoel Pedrosa (SEMA – Tamandaré)** disse que há a
284 necessidade de se discutir a competência de fiscalizar e licenciar, pelo Consórcio, a
285 gestão ambiental. O mesmo enfatizou que não se pode delegar o poder de polícia ao
286 consórcio, e sim outras atividades. O mesmo fez menção da última ata, na linha 298.
287

288 **Pauta 3: Apresentação sobre a gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente pela**
289 **Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi.**
290

291 O Assessor técnico da **Secretaria de Meio Ambiente de Maragogi, Sr. Marcelo**
292 **Ribeiro**, apresentou a proposta do “Fundo Municipal de Meio Ambiente” com posterior
293 complementação do **Prefeito Sérgio Lira**. O conselheiro **Ulisses** ressaltou que o valor
294 cobrado de R\$ 2 reais da taxa ambiental é pouco, frente às necessidades atuais. Outras
295 questões devem ser contempladas, tais como a questão da capacitação dos operadores
296 de turismo, melhoria da sinalização, técnicos para trabalhar a questão da educação
297 ambiental, entre outras. O mesmo sugeriu que as responsabilidades sejam divididas
298 entre as secretarias assim como os recursos do fundo. O conselheiro **Mauro** lembrou
299 da época de criação dos COMDEMAS e que o preço foi cobrado de acordo com a
300 projeção feita na época (aproximadamente 78 mil visitas ao ano nas Galés). Concorda
301 em aumentar os valores pois os mesmos não acompanharam os aumentos dos
302 passeios. O conselheiro **Henrique** anunciou que fez uma pesquisa nos principais
303 receptivos da cidade de Maragogi e constatou que não era gerado nenhum tipo de
304 “ingresso” referente ao pagamento realizado pelo turista para ir às piscinas naturais.
305 Indagou como era feito o controle. O conselheiro **Iran** informou que há um controle, feito
306 pelos monitores ambientais e que está sendo feita uma consultoria, capitaneada por
307 Brasília, para melhor recolher essa importância. O conselheiro **Manoel** parabenizou a
308 iniciativa pela reestruturação do COMDEMA e do Fundo de Meio Ambiente e disse que
309 iria utilizar a “receita” apresentada para subsidiar propostas semelhantes em sua cidade.
310 O mesmo citou dois programas para que os gestores refletissem: a questão do
311 pagamento por serviço ambiental e o ICMS socioambiental. A conselheira **Ana Paula**
312 perguntou sobre a forma de controle (a mesma achava que era em forma de ticket) e o
313 que a secretaria pretende fazer para sensibilizar o turista quanto à preservação
314 ambiental. O conselheiro **Francis** indagou como está a tramitação para que o município
315 de Maragogi possa licenciar e quais os tipos de licenciamento feitos pelo Município. O
316 conselheiro **Rivaldo** parabenizou a iniciativa do Fundo Municipal de Meio Ambiente.
317 Voltou a falar da atuação do consórcio. O consórcio municipal viabiliza o município a
318 fiscalizar e licenciar. Enfatizou que o termo “fiscalizar” é abrangente. **Marcelo**
319 esclareceu que enxerga com bons olhos as considerações do conselheiro Ulisses e
320 ressaltou a competência do ICMBio. O mesmo expressou o desejo realizar cooperações
321 técnicas com o ICMBio. Também concordou com as colocações da conselheira Ana
322 Paula no sentido de alavancar ações de Educação Ambiental. Falou que não irá se
323 limitar apenas as piscinas naturais mais também a outras atividades que propiciem o
324 desenvolvimento sustentável. Com a relação ao que Francis colocou, o licenciamento
325 começará com empreendimentos mais simples (oficina mecânica, padaria, casa de
326 festas, casa de farinha, entre outras).
327

328 Encerrada a discussão, a pauta “Apresentação do PELD Tamandaré
329 Sustentável/Parceria UFPE-CEPENE” foi transferida para a próxima reunião
330

330

331 **Pauta 4: Apresentação da Campanha do Orgulho na APA Costa dos Corais, do**
332 **Programa Pesca para Sempre da RARE.**

333

334 **Nataly**, representante da RARE, iniciou sua informando que a RARE é uma
335 Organização Internacional que vem desenvolvendo projetos que contribuem para a
336 gestão sustentável dos recursos naturais. Foram apresentados os elementos teóricos,
337 objetivos, metodologia e resultados esperados do projeto. O conselheiro **Mauro**
338 enfatizou que a demanda existe a muito tempo, que não há o ordenamento da pesca do
339 camarão em Pernambuco. Afirmou que a produção diminuiu drasticamente. Expressou
340 que esse projeto será uma iniciativa de juntar a comunidade pesqueira para propor
341 medidas para tentar recuperar os estoques naturais. Complementando a fala do Mauro,
342 **Nataly** afirmou que antes de realizar um trabalho, a RARE faz uma prospecção. Neste
343 sentido, a ideia é que esse projeto seja um exemplo para todo o Brasil. O conselheiro
344 **Iran** perguntou sobre o período e o valor do projeto. **Nataly** disse que o projeto começou
345 em março de 2017 e seguirá até 2019 (dois anos) e depois mais seis meses do processo
346 de continuidade. O valor utilizado será de R\$ 65.000,00 reais e o valor da continuidade
347 será estabelecido de acordo com o desenvolvimento dessa área. Os coordenadores
348 recebem uma bolsa de R\$1.300,00 reais. **Eduardo** fez os seguintes questionamentos:
349 Considerando o ciclo do camarão, o tempo proposto no projeto será suficiente? Solicitou
350 esclarecimentos para os termos apresentados "acesso exclusivo" e "sistema de
351 fiscalização local". Como resposta **Nataly** explicou que em dois anos, é possível
352 alcançar os objetivos e metas. O acesso exclusivo, fora do Brasil, tem mostrado vários
353 benefícios (tanto para a comunidade quanto para os recursos que estão sendo geridos).
354 Quando a comunidade gera um determinado recurso, geralmente ela se torna
355 responsável pela fiscalização do território. Todavia, há a intenção de se construir, de
356 forma legal, mecanismos de fiscalização que envolva os comunitários. A Conselheira
357 **Beatriz** mencionou algumas preocupações: a escolha da espécie alvo foi em função da
358 importância dessa espécie para a comunidade? O camarão, em Tamandaré, seria a
359 espécie mais importante? Como foi o processo de escolha da espécie? A mesma
360 mencionou que há uma série de conflitos envolvendo essa espécie e indagou como o
361 projeto pretende tratar isso. Qual a lógica da escolha e das comunidades e espécies?
362 Explicou que o camarão não seria a espécie mais importante para a comunidade de
363 pescadores de Tamandaré, de acordo com seus estudos. Questionou a quantidade de
364 barcos arrasteiros em Tamandaré. Foi respondido o número de sete barcos. Questionou
365 a quantidade de barcos em Sirinhaém. Foi respondido pelo conselheiro Severino 55
366 barcos. Terminou justificando a importância da inserção da comunidade de Sirinhaém
367 no Projeto. O conselheiro **Bruno** expressou que a RARE vinha trabalhando com
368 RESEXs e começou a trabalhar com APAS. O mesmo perguntou o motivo da mudança
369 de categoria da unidade e o que aconteceu na RESEX de Jequiá. O conselheiro
370 **Severino** respondeu a Beatriz, que a questão foi discutida com os pescadores e os
371 mesmos deliberaram a questão do camarão. Somado a isso, há dados prévios de
372 produção da espécie e outros quesitos também foram levados em conta como a questão
373 da qualidade ambiental desse produto. Foi mencionado que os pescadores tanto de São
374 José da Coroa Grande quanto de Sirinhaém também serão envolvidos já que utilizam a
375 área de Tamandaré. **Nataly** respondeu que a escolha da espécie foi fruto de uma
376 discussão entre as pessoas da localidade. Também se levou em conta os dados
377 pretéritos disponíveis sobre a espécie. Na região, o camarão é muito importante
378 economicamente para vários pescadores porque em períodos eles vivem

379 especificamente da comercialização desse recurso pesqueiro. Além disso, há o
380 processo de conservação e pesquisa, dentro da APA Costa dos Corais, e a ideia é
381 reduzir o arrasto que causa um grande impacto ambiental para a pesca, sendo
382 necessário criar alternativas para regulamentar a forma de pescar, como reduzir esses
383 impactos para que isso seja replicado ao longo de toda a costa brasileira. Respondendo
384 ao conselheiro Bruno, **Nataly** ressaltou que a RARE levou em conta diversos
385 indicadores para a escolha da RESEX de Jequiá, tais como, o processo de governança
386 em que se encontrava a RESEX, o processo em que estavam e os potenciais
387 coordenadores locais. O conselheiro **Fabiano Pimentel (CEPENE/ICMBio)**
388 parabenizou a iniciativa e informou que em Rio Formoso existe um processo para
389 abertura de uma reserva extrativista e que seria uma boa oportunidade para somar
390 esforços levando em conta o estudo com a tainha. **Nataly** agradeceu o comentário e
391 mencionou a possibilidade de intercâmbio, onde os coordenadores locais visitarão
392 RESEXs no Pará e conseqüentemente aprenderão com a troca de experiências. É
393 esperado que os coordenadores locais atuem como replicadores.
394

395 O presidente **Iran** parabenizou a iniciativa e mencionou o apoio da APA Costa dos
396 Corais para o que for necessário. Agradeceu também a presença de todos e informou
397 que a próxima reunião do CONAPACC está marcada para o dia 09 de novembro de
398 2017. Por fim, deu por encerrada a reunião.

(Handwritten signatures and initials in blue ink)

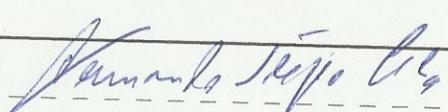
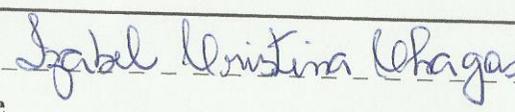
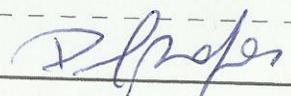
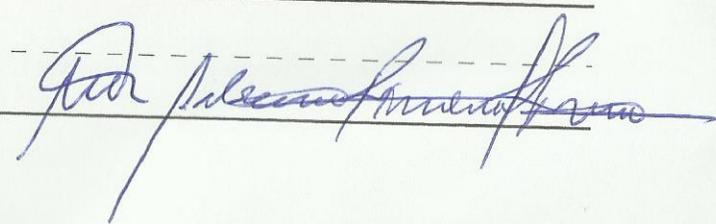
OK
Iran
Fabiano Pimentel
Bruno
Nataly
RARE
CEPENE/ICMBio
APA Costa dos Corais
CONAPACC
09 de novembro de 2017

Aprovação da Memória da 23ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data :09/11/2017 Local: Japaratinga/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
1	Gestão Publica	APACC	Tamandaré	Iran Campello Normande	Titular
				José Ulisses dos Santos	Suplente
2	Gestão Publica	IBAMA/AL	Maceió	Rivaldo Couto dos Santos Junior	Titular
				Marcelo Bastos Françaço	Suplente
3	Gestão Publica	SPU/AL	Maceió	Fernando Fernandes	Titular
				Rafael Tavares de Lira	Suplente
4	Gestão Publica	SEMARH	Maceió	Carlos Eduardo Gomes Barreto	Titular
				Victo de Medeiros Almeida	Suplente
5	Gestão Publica	IMA	Maceió	Pedro Normande	Titular
				Ermi Ferrari	Suplente
6	Gestão Publica	SEDETUR AL	Maceió	Thereza Christina Dantas	Titular
				Francis Hurst Oliveira da Fonseca	Suplente
7	Gestão Publica	SEMAS	Recife	Andrea Olinto	Titular
				Giannina Cysneiros Bezerra	Suplente
8	Gestão Publica	CPRH	Tamandaré	Samanta Della Bella	Titular
				Joany Deodato da Silva	Suplente
9	Gestão Publica	PMTam	Tamandaré	Manoel Alexandre Pedrosa	Titular
				Jéssica Francyne Frias	Suplente

Aprovação da Memória da 23ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data :09/11/2017 Local: Japaratinga/AL
 Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
10	Gestão Publica	PMMaragogi /PMPAr	Maragogi	Fernando Sérgio Lira Neto	Titular 
				Antonia Amorim Alves	Suplente
11	Gestão Publica	SEMA/PMSJ CG	São José da Coroa Grande	Lucas Silveira França de Araújo	Titular
				Nelson Sena Filho	Suplente
12	Gestão Publica	SAP PMPC	Passo de Camaragibe	Izabel Cristina Chagas	Titular 
				Jeferson Tito Lima	Suplente
13	Pesquisa Científica	PPB/ICMBI O	Recife	Iara Braga Sommer	Titular
				Fábio Adônis Gouveia Carneiro Cunha	Suplente
14	Pesquisa Científica	UFRPE	Recife	Rosângela Paula Teixeira Lessa	Titular
				Karine Matos Magalhães	Suplente
15	Pesquisa Científica	UFPE	Tamandaré	Mauro Maida	Titular
				Tereza Cristina Medeiros de Araújo	Suplente
16	Pesquisa Científica	PPGSHMA/ UFPE	Vitória de Santo Antônio	Carlos Danile Pérez	Titular
				Paula Braga Gomes	Suplente 
17	Pesquisa Científica	UFAL	Maceió	Vandick da Silva Batista	Titular
				Cláudio Sampaio	Suplente
18	Pesquisa Científica	CEPENE/IC MBIO	Tamandaré	Leonardo Tortoriello Messias	Titular
				Fabiano Pimentel Ribeiro	Suplente 

Aprovação da Memória da 23ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data :09/11/2017 Local: Japaratinga/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
19	Pesquisa Científica	IFAL	Maragogi	Manuela de Almeida Rocha Kaspary	Titular
				Joab Gomes de Melo	Suplente
20	Pesquisa Científica	FUNDAJ	Recife	Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa	Titular
				Ligia Albuquerque de Melo	Suplente
21	Agricultura, Industria e Comércio	UNIPROPO LIS	Maceió	Diego da Silva Santos	Titular
				Mário Calheiros de Lima	Suplente
22	Agricultura, Industria e Comércio	ABIH AL	Maceió	Marcelo Marques da Costa	Titular
				Maria Tereza Domingues Bandeira	Suplente
23	Atividade Pesqueira	Z-9	São José da Coroa Grande	Enilde Lima Oliveira	Titular
				Cícero José dos Santos	Suplente
24	Atividade Pesqueira	Z-25	Porto de Pedras	João Amaral dos Santos	Titular
				Pedro Luiz da Silva	Suplente
25	Atividade Pesqueira	Z-21/Z14	Paripuera	Benaldo do Nascimento Barros	Titular
				Paulo Amaro da Silva	Suplente
26	Atividade Pesqueira	Z-11	São Miguel dos Milagres	Sandra Maria dos Santos	Titular
				José Marques da Costa Filho	Suplente
27	Atividade Pesqueira	CPP	Olinda	Severino Antonio dos Santos	Titular
				Laurineide Maria Vieira de Carvalho	Suplente

Aprovação da Memória da 23ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data :09/11/2017 Local: Japaratinga/AL
Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
28	Atividade Pesqueira	Z-5	Tamandaré	Severino Ramos dos Santos	Titular
				Jancirleide Maria da Silva	Suplente
29	Atividade Turística	CCCVB	Maragogi	Luis Claudio Gonçalves Melo	Titular
				João Cândido Nogueira	Suplente
30	Atividade Turística	AMITUS	São Miguel dos Milagres	Ana Paula de Moura Souza	Titular
				José Veloso da Silva	Suplente
31	Atividade Turística	SINGTUR-AL/IABS	Maceió	Alexandre Henrique da Rocha Dantas	Titular
				Daniela Virtuoso dos Santos	Suplente
32	Atividade Turística	AOMM/APC M	Maragogi	Murilo Loureiro Silva Sobrinho	Titular
				Farid Aoun Daher	Suplente
33	Atividade Turística	APB	Porto de Pedras	José Antônio dos Santos	Titular
				Cleverson Souza Coelho	Suplente
34	Atividade Turística	ARIBAMA/ AJCSMM	Porto de Pedras	Ana da Dores Albuquerque Verçosa	Titular
				Solange Januário dos Santos	Suplente
35	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	AMORDAG/ ABEVILA	Maceió	Cidalia Silva Santos	Titular
				Teófilo Carlos de Albuquerque Filho	Suplente
36	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	YANDE	São Miguel dos Milagres	Rafael Lustosa Siqueira	Titular
				Tsachi Greenhut	Suplente

Aprovação da Memória da 23ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data :09/11/2017 Local: Japaratinga/AL
Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Sector	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
37	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	ISSLNM	Maceió	Jurandir Dias de Araújo	Titular
				André Vieira de Paula	Suplente
38	Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa	FMA/IBB	Recife	João Carlos Gomes Borges	Titular
				Clemente Coelho Junior	Suplente
39	Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa	IRCOS	Tamandaré	Sérgio Magalhães Rezende	Titular
				Alberto da Silva Santos	Suplente
40	Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa	BIOTA-AL	Maceió	Bruno Stefanis S. Pereira de Oliveira.	Titular
				Luciana Santos Medeiros	Suplente

Luciana Santos Medeiros